

AS BASES SOCIAIS DA UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

THE SOCIAL BASES OF THE GENERAL WORKERS' UNION

Patrícia Vieira Trópia*
Paula Regina Pereira Marcelino**
Andréia Galvão***

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o perfil socioeconômico, político e ideológico das bases sociais da central sindical *União Geral dos Trabalhadores*, surgida no bojo da Lei de reconhecimento das centrais no segundo mandato do governo Lula. Trata-se de uma análise dos dados obtidos por meio de um *survey* realizado junto a 347 delegados, presentes na 1ª *Plenária Nacional da UGT*, ocorrida na cidade de Praia Grande em agosto de 2009. Estes dados fazem parte de uma pesquisa mais ampla sobre as bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo. Concluímos, dentre outros aspectos, que a UGT representa, majoritariamente, trabalhadores do setor privado situados no setor de serviços e no comércio, que exercem funções predominantemente não manuais de média e baixa hierarquia. A maioria dos delegados revelou-se apegada à estrutura sindical, não tinha uma clara vinculação partidária e possuía longa experiência nas entidades sindicais que representava.

Palavras-chave: Centrais Sindicais, UGT, bases sociais

ABSTRACT

This article analyzes the socio-economic, political and ideological bases of UGT (General Workers' Union), confederation that emerged during the debates about the legal recognition of trade unions confederations in Lula's second term. This is an analysis of data obtained through a survey conducted with 347 delegates present at the first National Plenary of the UGT, which occurred in August 2009 in the city of Praia Grande (SP). These data are part of a broader research on the social bases of trade unions confederations in contemporary Brazil. Our findings show that the UGT represents, mostly, private sector workers located in the service and trade economic sectors, who work predominantly in white collar middle and lower hierarchy activities. Most delegates were attached to the state corporatism, didn't have a clear political party linkage and had a long experience in the unions they represented.

Keywords: Confederations, UGT, social bases

1. INTRODUÇÃO

O presente texto é parte de uma pesquisa mais ampla¹, cujo objetivo é construir, a partir de *surveys* realizados durante congressos e encontros sindicais, um quadro analítico geral sobre as bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo².

Trata-se de uma pesquisa inédita, que se justifica em função da reconfiguração pela qual vem passando o movimento sindical brasileiro, desde a chegada do Partido dos

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – MG. E-mail: tropia@uol.com.br

** Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo – USP. E-mail: prpmarcelino@gmail.com

*** Departamento de Ciência Política da Unicamp. E-mail: agalvao@unicamp.br

¹ Trata-se de uma pesquisa que envolve pesquisadores das seguintes universidades: Unicamp, UFU, USP e Unesp. Para a montagem do banco de dados, temos contado com o apoio do Centro de Estudos Marxista (Cemarx) e do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), ambos da Unicamp. Agrademos, especialmente, a Rosilene Sydney Gelape e a Rachel Meneguello.

² Desde 2008, já foram aplicados, aproximadamente, 3500 questionários durante os eventos sindicais nacionais de três centrais – Conlutas, União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) –, em um Encontro da Intersindical – organização de caráter sindical ligada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – e no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat).

Trabalhadores (PT) ao governo federal em 2003. A partir de então, o panorama das centrais sindicais no Brasil mudou muito em função de dois fatores principais: 1) da oposição de algumas correntes sindicais ao governo Lula, o que levou a rupturas com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), especialmente; e 2) da lei de reconhecimento das centrais, aprovada em 2008, que compreende uma exigência de representatividade mínima, desencadeando um movimento muito diversificado, seja de aglutinação de algumas centrais já existentes, seja de criação de novas centrais.

Deste processo de fusões e rupturas entre sindicatos e centrais existentes resultou o panorama atual das centrais sindicais brasileiras que, incluindo-se as que ainda não preenchem os critérios de representatividade, comporta oito organizações, a saber: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas³) e Intersindical. Conlutas, Intersindical e CTB são oriundas da CUT; NCST se constitui, fundamentalmente, a partir de federações e confederações da estrutura oficial; a constituição da UGT será apresentada a seguir. Dentre essas organizações, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CGTB são consideradas representativas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tendo direito ao repasse de 10% dos recursos da contribuição sindical, conforme estabelecido pela lei de reconhecimento das centrais.

O objetivo do texto que ora apresentamos é, a partir dos dados colhidos na *Iª Plenária Nacional da União Geral dos Trabalhadores* (UGT), ocorrida entre os dias 28 e 29 de agosto de 2009, na Praia Grande, estado de São Paulo⁴, responder, dentre outras, as seguintes questões: qual a composição social da UGT? Quais são as suas bases? Que bandeiras de luta defendem as lideranças das entidades filiadas à UGT? Quais são suas orientações político-sindicais? Que perfil tem as entidades filiadas à UGT?

O artigo está dividido em cinco partes: breve histórico da UGT, perfil socioeconômico dos delegados, perfil político-ideológico, perfil das entidades e considerações finais.

2. BREVE HISTÓRICO DA UGT

Criada oficialmente em julho de 2007, durante o *Congresso Nacional de Trabalhadores*, na cidade de São Paulo (SP), a UGT reuniu na ocasião cerca de 3.400 delegados, representantes de 623 entidades sindicais, que elegeram sua primeira direção executiva. As três principais forças que compuseram a UGT foram: 1) a CGT (*Confederação Geral do Trabalho*)⁵,

³ A Conlutas, embora cadastrada no MTE, não cumpre os critérios de representatividade estabelecidos pela lei das centrais, não tendo o direito de receber o repasse do imposto sindical. Em 2010, a central passou a se chamar Central sindical e popular – Conlutas (CSP-Conlutas).

⁴ Os dados foram levantados por meio de uma pesquisa de natureza censitária, isto é, que buscou pesquisar todos os delegados que participaram da *Iª Plenária*. Todos os delegados receberam uma cópia do questionário, composto por 54 perguntas, e deviam preenchê-lo e entregá-lo a um dos membros da equipe de pesquisadores; membros esses que auxiliavam os delegados, caso necessitassem, no preenchimento. O questionário obedeceu a um padrão básico de forma a permitir uma comparação com as demais centrais que também são objeto de nossa pesquisa. Foi responsável pelo campo da UGT uma equipe composta pelas seguintes pesquisadoras: Patrícia Vieira Trópia, Elaine Amorim, Marcela Medeiros Moura, Miriam Porfírio, Patrícia Rocha Lemos, Santiane Arias e Tatiana Gonçalves.

⁵ Criada em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores se dividiu em duas após a realização de seu II Congresso, em 1989, quando Antonio Rogério Magri venceu Joaquim Andrade (Joaquinzão) nas eleições para a presidência da Central. Os sindicalistas ligados a Magri e Medeiros fundaram a CGT (*Confederação Geral dos Trabalhadores*). O grupo ligado a Joaquinzão (Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Movimento Revolucionário 8 de outubro – MR8) manteve a denominação CGT (*Central Geral dos Trabalhadores*) (COSTA, 1995). Em 2001, esta última passou a se denominar CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil).

então presidida por Antonio Carlos Reis, conhecido como Salim, líder do Sindicato dos Eletricários de São Paulo e atual vice-presidente da UGT; 2) a CAT (*Central Autônoma dos Trabalhadores*), criada em 1995 e que reunia setores do sindicalismo cristão; era presidida por Laerte Teixeira da Costa; e, finalmente, 3) a SDS (*Social Democracia Sindical*), resultado de uma divisão da Força Sindical empreendida em 1997 por uma ala daquela central organizada pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), e cujo presidente era Enilson Simões de Moura (o Alemão).

As três centrais - CGT, SDS e CAT - se uniram para a formação da UGT num contexto em que o reconhecimento das centrais sindicais estava em discussão. Aprovada em 2008, a Lei 11.648 condicionava o reconhecimento das centrais a um índice mínimo de representatividade – o que exigiu das centrais menos representativas a definição de estratégias para se adequar aos referidos índices. No caso da UGT, a estratégia utilizada foi, então, a fusão da CGT com outras centrais que, isoladas, também não cumpriram os novos critérios de representatividade. Mas esta união entre a CGT, SDS e CAT não foi aleatória, nem meramente pragmática. A criação da UGT pode ser entendida em função das disputas políticas internas ao movimento sindical, disputas motivadas tanto pela aliança entre CUT e Força Sindical quanto por divergências internas às duas centrais durante o governo Lula. Se esta aliança pode nos ajudar a entender a criação da Conlutas, que é uma dissidência da CUT, o mesmo ocorre com a UGT, ainda que por razões distintas. Isto porque alguns importantes sindicatos que criaram a UGT, entre os quais o dos comerciários de São Paulo, eram, até então, vinculados à Força Sindical. A aproximação entre CUT e Força Sindical pode ter desagradado, portanto, tanto a esquerda do movimento sindical, quanto a ala mais conservadora do sindicalismo, oferecendo espaço para a criação de uma nova organização de cúpula.

A UGT surge como uma central que defende “a modernização das práticas sindicais, a partir da incorporação de mecanismos gerenciais típicos da administração das empresas capitalistas das últimas décadas” e um “sindicalismo cidadão, ético e inovador” (LEMOS, 2012, p. 51-52), assumindo, portanto, um discurso e uma prática que já haviam sido anteriormente empregadas pela Força Sindical (TRÓPIA, 2009) e adotando uma postura de disputa ativa por espaços no “mercado sindical”.

Em 2010, segundo dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), a UGT já teria alcançado 796 entidades filiadas, entre sindicatos e federações. A UGT seria, então, a quarta principal central sindical brasileira. Os dados apresentados pela própria central em sua página na Internet apontam para a existência de 1.038 entidades sindicais filiadas: 782 sindicatos de base; 220 sindicatos cujo cadastramento ainda se encontraria em processo de validação pelo MTE, 34 federações nacionais, regionais ou estaduais e 2 confederações nacionais. Segundo a UGT, sua base de representação abrangeria um total de 4,5 milhões de trabalhadores, dos quais 33%, ou seja, 1,5 milhão de trabalhadores, seriam sindicalizados.

A direção da UGT é composta por uma presidência, ocupada por Ricardo Patah, também presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, por secretarias executivas e outras 53 secretarias que compreendem desde representações regionais até assuntos comunitários. A central é, atualmente, filiada a duas entidades sindicais internacionais: *Confederação Sindical Internacional* (CSI) e *Confederação Sindical das Américas* (CSA).

A nosso ver, não é possível compreender a UGT se consideramos apenas e tão somente a posição tomada e as orientações defendidas por suas lideranças principais. Isto porque o posicionamento político concreto das centrais, ainda que expresso por meio de suas lideranças, corresponde aos anseios, interesses e dilemas de suas bases sociais. Assim, a composição social das bases é um elemento analítico fundamental para se entender as ações e orientações sindicais e políticas das centrais. Nosso trabalho oferece, então, os primeiros dados para que a relação entre posicionamento político da UGT e suas bases sociais seja analisada e compreendida.

Segundo nossa hipótese geral de pesquisa, a composição das bases sociais das centrais sindicais brasileiras constitui um fator determinante, embora não absoluto, de seu comportamento político. As conjunturas políticas e as mudanças econômicas colocam desafios para as centrais, da mesma forma que as centrais, ao atuarem no plano econômico e político, seja no âmbito da relação capital/trabalho, seja no da relação com os diferentes governos, influenciam as conjunturas. Nesse sentido, os dados apresentados neste artigo serão, numa etapa subsequente desta pesquisa, analisados à luz das questões conjunturais e a partir de fontes documentais, o que permitirá uma melhor apreensão do comportamento político da UGT.

3. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DELEGADOS

Para traçarmos a composição social dos delegados da UGT presentes na 1ª. Plenária, levantamos, inicialmente, os dados relativos à idade, cor, nível de escolaridade, local de nascimento e domicílio, situação profissional, ocupacional e setor econômico em que trabalham, função ou cargo que exercem, tempo no trabalho atual, tempo no setor econômico, tipo de contrato e renda.⁶

Seguindo uma tendência muito presente no movimento sindical, os delegados da UGT são, predominantemente, homens: 3/4 eram homens (78,7%), enquanto as mulheres representaram 21,3% do total. Quanto ao estado civil, 69,5% dos delegados estavam casados ou viviam uma relação conjugal no momento da pesquisa, 11,8% eram separados e 13,8% solteiros.

Quanto à idade, percebe-se que a maioria absoluta dos delegados encontra-se na faixa etária entre 41 e 68 anos, perfazendo 70,9% do total (Tabela 1). Entre os militantes presentes, 19% se encontravam na faixa etária entre 31 e 40 anos e apenas 6,2% de delegados na faixa etária entre 19 e 30 anos. Trata-se, assim, de uma central que concentra, fundamentalmente, delegados mais longevos, que possuem maior experiência sindical (como veremos adiante, 48,6% dos delegados atuavam na sua entidade há mais de 10 anos).

Tabela 1 - Delegados por faixa etária

Faixa etária	Número	%
19 a 24 anos	1	0,3
25 a 30 anos	21	6,2
31 a 40 anos	64	19,0
41 a 50 anos	125	37,1
51 a 68 anos	114	33,8
Mais de 69 anos	9	2,7
Não respondeu	3	0,9
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Quanto à idade dos delegados da UGT, a mediana é de 48 anos⁷. Não dispomos de muitas pesquisas publicadas recentemente sobre as demais centrais sindicais. Contudo, se

⁶ Entre delegados e observadores, inscreveram-se na 1ª Plenária 837 pessoas. Desse total, estiveram presentes 341 observadores e 468 delegados, representantes de 308 entidades de todas as regiões do país. Segundo a direção nacional da UGT, participaram da 1ª Plenária sindicalistas do Amapá, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal. Ao final, de uma população composta por 468 delegados presentes, a equipe de pesquisadores obteve a devolução de 347 questionários válidos (aproximadamente 74%, portanto).

⁷ A mediana corresponde ao ponto que separa a metade superior da metade inferior da amostra – o que no caso da idade indica que metade dos delegados da UGT tinha menos de 48 e metade mais de 48 anos.

compararmos os dados disponíveis sobre a CUT e Conlutas, nota-se que a faixa etária dos delegados da Plenária da UGT é, relativamente, mais alta. De acordo com pesquisa realizada por Carvalho (2009), a mediana da idade dos delegados presentes ao X Concut era de 43,8 anos de idade, enquanto a pesquisa que realizamos, em 2008, durante o Congresso da Conlutas, mostrou que a idade mediana dos delegados presentes era de 36,9 anos.

Em relação à “cor”, diferentemente do dado levantado no *I Congresso Nacional da Conlutas*, em que a maioria relativa dos delegados era formada por não brancos (negros e pardos que, somados, perfaziam 45% da população pesquisada), na *1ª Plenária* da UGT, a maioria absoluta era composta por brancos: 55,9%. Nota-se a ausência de delegados identificados como indígenas ou amarelos. Por sua vez, 32,9% dos delegados se declararam pardos e 8,9% pretos.

Quanto ao nível de escolaridade, ocorre uma concentração entre delegados que têm o 2º grau completo e o superior incompleto – 47,6% do total. Chama a atenção, contudo, o fato de 6,3% terem até o 1º grau completo e 8,4% o 1º grau incompleto, o que indica que 14,7% dos delegados possuem baixa escolaridade. Por sua vez, 19,6% disseram ter o ensino superior completo e 6,6% pós-graduação.

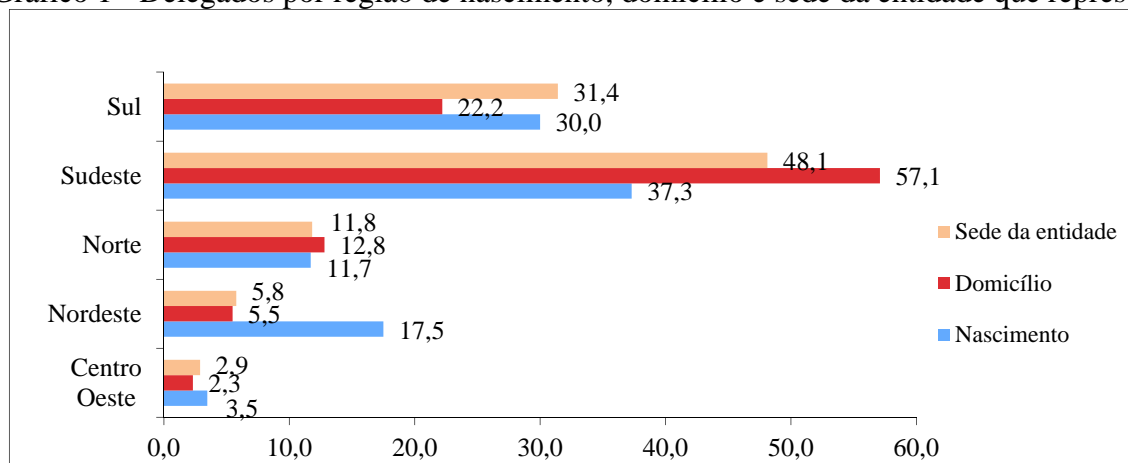
Tabela 2 - Delegados por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Número	%
Analfabeto	3	0,9
1º grau incompleto	29	8,4
1º grau completo	22	6,3
2º grau incompleto	36	10,4
2º grau completo	92	26,5
Superior incompleto	73	21,0
Superior completo	68	19,6
Pós-graduado	23	6,6
Não respondeu	1	0,3
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Apenas dois dos delegados presentes eram estrangeiros, um de origem portuguesa e outra chilena; todos os demais eram brasileiros natos (98,8% do total). A maioria dos delegados da UGT que eram brasileiros tinha nascido na região Sudeste (37,3%), seguida da região Sul (30%) e Nordeste (17,5%) do país. Em relação ao domicílio, 57,1% viviam na região Sudeste, 22,2% na região Sul, 12,8% no Norte, 5,5% no Nordeste e 2,3% no Centro-oeste (Gráfico 1). Observa-se, assim, que as principais variações entre região de nascimento e domicílio dizem respeito ao Sudeste – região historicamente de imigrantes – e ao Nordeste – tradicionalmente região de emigrantes.

Gráfico 1 - Delegados por região de nascimento, domicílio e sede da entidade que representa (%)



Fonte:

Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Vejam a composição dos delegados da UGT em relação à inserção no mercado de trabalho. Dentre todos os delegados, 88,5% encontravam-se inseridos no mercado de trabalho, ainda que estivessem afastados para o exercício sindical, e 8,9% eram aposentados. Em relação à situação ocupacional, 62,5% eram trabalhadores urbanos, 14,1% funcionários públicos, 6,1% profissionais liberais, 4,9% autônomos ou trabalhadores por conta própria e 0,9% trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros ou parceiros. Trata-se assim de uma central que representa trabalhadores urbanos, predominantemente.

Tabela 3 - Situação ocupacional dos delegados

Ocupação	Número	%
Trabalhador urbano	217	62,5
Funcionário público	49	14,1
Aposentado	31	8,9
Profissional liberal	21	6,1
Autônomo/conta própria	17	4,9
Trabalhador rural	2	0,6
Arrendatário, meeiro ou parceiro	1	0,3
Não respondeu	9	2,6
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Em relação ao setor econômico, os delegados da UGT presentes à 1^a. Plenária estavam no setor de serviços e no comércio, que somados correspondiam a 47% do total. Por sua vez, 14,4% dos delegados trabalhavam na indústria da transformação e 12,7% no setor de transportes. Esta concentração dos delegados da UGT nos setores de serviços e comércio chama atenção relativamente às demais centrais existentes. A Força Sindical é uma central enraizada no setor industrial (RODRIGUES e CARDOSO, 1993; TRÓPIA, 2009). A CUT surgiu também enraizada na indústria, embora posteriormente tenha se expandido para outras categorias, como funcionários públicos, trabalhadores rurais, bancários e trabalhadores dos setores de serviços

(RODRIGUES, 1991; CARVALHO 2009). A Conlutas, por sua vez, é uma central enraizada no setor público, sobretudo da educação (GALVÃO, TRÓPIA e MARCELINO, 2010)⁸.

Cruzados os dados relativos à ocupação com o setor econômico, verificamos que a maior parte dos delegados ocupados como trabalhadores urbanos está inserida no setor de serviços (29,5%), seguida do comércio (24%) e da indústria da transformação (19,4%); 10,1% são do setor de transporte, 9,2% do sistema financeiro, 2,8% do setor de seguridade social (saúde e assistência social), 1,8% de educação e 2,8% de outros setores (Tabela 4).

Tabela 4 – Ocupação dos delegados por setor econômico (em %)

Setor econômico \ Tipo de ocupação	Indústria	S. Financeiro	Comércio	Serviços	Transporte	Ed. e Cultura	Seg. Social	Outro	Não respondeu	Total
Trabalhador urbano	19,4	9,2	24	29,5	10,1	1,8	2,8	2,8	0,5	100,0
Trabalhador rural	-	-	-	-	50,0	-	-	50,0	-	100,0
Arrendatário, meeiro ou parceiro	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	100,0
Funcionário público	-	2,0	-	20,4	16,3	12,2	22,4	26,5	-	100,0
Autônomo/conta própria	-	5,9	29,4	29,4	11,8	11,8	-	5,9	5,9	100,0
Profissional liberal	9,5	9,5	19,0	23,8	23,8	4,8	4,8	4,8	-	100,0
Aposentado	12,9	-	22,6	16,1	16,1	9,7	6,5	3,2	12,9	100,0
Não respondeu	22,2	-	33,3	22,2	11,1	-	-	-	11,1	100,0
Total	14,4	6,9	20,5	26,5	12,7	4,6	5,8	6,6	2,0	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”.

Quanto à situação profissional, os delegados da UGT apresentam o seguinte perfil: 18,2% são profissionais de nível médio (em termos de escolaridade e posição na hierarquia, tais como: assistentes administrativos, auxiliares de contabilidade, encarregados de setor/departamento), 24,6% trabalhadores do comércio ou serviços (com escolaridade média: balconistas, consultores de vendas, *maîtres*), 10,7% profissionais de nível superior (administradores, economistas, jornalistas, psicólogos) e 8,9% profissionais do setor de transporte. Já os trabalhadores industriais (qualificados e semiquilificados, como por exemplo: operadores de máquinas, metalúrgicos, entre outros) representam apenas 6,9% do total. Na categoria “trabalhador manual especializado/artesão”, que representa apenas 2,9% do total, encontram-se padeiros, confeitores, costureiras, eletricitistas, entre outros.

⁸ Essa é também uma característica da Intersindical vinculada ao PSOL. Embora Conlutas e Intersindical não sejam oficialmente reconhecidas como centrais, têm atuado como tal. O fato das bases sociais de Conlutas e Intersindical estarem concentradas no setor público, como evidenciam nossas pesquisas, indica um fenômeno interessante, qual seja, o de que as centrais sindicais que fazem oposição aos governos petistas são predominantemente representativas de trabalhadores do setor público, ao contrário das demais centrais sindicais.

Tabela 5 - Delegados por profissão

Profissão	Número	%
Profissionais de nível médio	63	18,2
Trabalhadores do comércio ou serviços (escolaridade média)	86	24,8
Profissionais de nível superior	37	10,7
Trabalhadores do setor de transporte	31	8,9
Trabalhadores industriais qualificados e semiquilificados	24	6,9
Profissão não identificável (serviço público/ funcionário público)	20	5,8
Trabalhadores em segurança (PM, bombeiro, vigilante)	20	5,8
Professor/ Pesquisador/ Estudante	11	3,2
Trabalhadores manuais especializados/artesãos	10	2,9
Trabalhadores da construção civil	2	0,6
Trabalhadores rurais	1	0,3
Outros	12	3,5
Não respondeu	30	8,6
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Desta forma, outra característica particular aos delegados da UGT é a predominância de profissões de nível médio e superior, bem como de trabalhadores do comércio e serviços (com escolaridade média) e do setor de transporte, perfazendo 62,6% do total.

Como era de se esperar, visto que a maioria dos delegados presente na 1ª Plenária da UGT se encontra no setor de serviços, é baixa a representação de trabalhadores que exercem funções manuais nessa central. Podemos verificar pela Tabela 6 que 58,7% dos delegados da UGT exercem funções predominantemente não manuais de média e baixa hierarquia (Tabela 6). Por sua vez, 7,5% exercem funções não manuais de nível superior e média hierarquia e 9,2% dos delegados pesquisados exerciam funções de gerência e supervisão, ou seja, funções não manuais de alta hierarquia.

Tabela 6 – Delegados por função ou cargo exercido na empresa

Função ou cargo	Número	%
Trabalhador não manual - nível técnico e média hierarquia	123	35,4
Trabalhador não manual baixa escolaridade e hierarquia	81	23,3
Trabalhador manual qualificado	38	11,0
Trabalhador não manual - nível superior e média hierarquia	26	7,5
Gerente/Supervisor	32	9,2
Trabalhador manual - baixa hierarquia e qualificação	20	5,8
Auto-empregado	2	0,6
Não identificável	3	0,9
Não respondeu	22	6,3
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Tal como havíamos identificado na pesquisa que realizamos com a Conlutas, também na UGT o número de delegados contratados como terceirizados é pequeno; apenas 9% deles encontram-se nessa condição (81% são trabalhadores contratados diretamente pela empresa principal e 10% dos entrevistados não responderam a questão). Isso não significa, porém, que a

terceirização seja um fenômeno de pouca incidência entre os sindicatos filiados à UGT. Entre os filiados presentes na 1ª Plenária havia sindicatos de empregados em empresas de asseio e conservação e de prestação de serviços, os quais representam classicamente trabalhadores terceirizados. Entre estes, encontrava-se o Sindeepres, Sindicato dos empregados em empresas de prestação de serviços a terceiros, colocação e administração de mão de obra, trabalho temporário, leitura de medidores e entrega de avisos do estado de São Paulo. O Sindeepres tem cerca de 160 mil trabalhadores filiados e representaria, segundo dados da própria entidade, cerca de meio milhão de trabalhadores. Além do Sindeepres, a Federação das cooperativas de trabalhadores do estado de São Paulo também é base da UGT.

Embora o setor elétrico seja um dos que mais apresenta trabalhadores terceirizados (POCHMANN, 2007) e os SEAACs (Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis) representem um contingente de trabalhadores cuja condição de terceirizados vem crescendo (MARCELINO, 2008), não encontramos registro desses sindicatos na base da UGT no momento de nossa pesquisa. Identificamos o predomínio de sindicatos de vigilantes, seguido por sindicatos de empregados em empresas de asseio e conservação e de sindicatos de prestação de serviços.

Ao cruzarmos os dados relativos ao tipo de contrato com o setor de atividade econômica – com a intenção de verificar em que setores os terceirizados se localizavam – constatamos que os trabalhadores contratados como terceirizados estão concentrados no setor de serviços (62,5%). Todavia a categoria que concentrou a maior parte de delegados terceirizados foi a de vigilantes, que perfazem 45% do total de delegados terceirizados. Esses dados convergem com as análises macroeconômicas, segundo as quais o setor de serviços – setor que mais cresceu nos anos de 1990 – é aquele em que a situação de trabalho e contratual é mais precária. E, como sabemos, as convenções e acordos coletivos dos trabalhadores terceirizados asseguram, relativamente às convenções e acordos dos trabalhadores contratados diretamente pela empresa principal, menos benefícios⁹. Por fim, quando perguntados se já haviam trabalhado alguma vez como terceirizados, 28,8% dos delegados afirmaram que sim, contra 69,5% que disseram que não.

Tabela 7 – Tipo de ocupação por tipo de contrato de trabalho (em %)

Tipo de ocupação \ Tipo de contrato	Industria	S. Financeiro	Comércio	Serviços	Transporte	Ed. e Cultura	Seg. Social	Outro	Não respondeu	Total
	Contratado diretamente pela empresa principal	16,4	8,4	21,5	23,7	14,6	3,3	5,5	5,5	1,1
Terceirizado	6,3	3,1	3,1	62,5	9,4	3,1	0,0	9,4	3,1	100,0
Não respondeu	6,1	0,0	24,2	21,2	3,0	12,1	12,1	12,1	9,1	100,0
Total	14,4	6,9	20,5	26,5	12,7	4,6	5,8	6,6	2,0	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

É plausível supor que a baixa incidência dos terceirizados entre os delegados presentes à 1ª Plenária da UGT se explique em função da dificuldade de atuação sindical junto

⁹ Segundo Pochmann (2007), os salários de trabalhadores terceirizados são reduzidos, em média, à metade do que recebem os não terceirizados.

aos trabalhadores com esse tipo de contrato e pela ausência de uma política sistemática da UGT – como parece acontecer em quase todas as outras centrais – de atuação junto aos trabalhadores nessa condição. Outra hipótese, complementar a essa, é que os trabalhadores terceirizados, mesmo que sindicalizados, podem ter mais dificuldade em permanecer filiados a seus sindicatos devido à fragilidade de sua situação ocupacional, aspecto que abordaremos a seguir. Ainda que a condição de dirigente possa lhes assegurar estabilidade no emprego, a precarização contratual pode ser um obstáculo à carreira de dirigente sindical.

A Tabela 8 nos mostra que o maior número de contratos de trabalho por tempo determinado – outro indicador importante de precarização – entre trabalhadores cujas ocupações são identificáveis, 21,1%, se encontra entre os trabalhadores manuais de baixa qualificação e hierarquia. Ou seja, justamente naquelas ocupações tradicionalmente terceirizadas (limpeza, conservação, alguns tipos de vendedores), os contratos parecem ser os mais precários.

Tabela 8 – Tipo de contrato dos delegados segundo função ou cargo exercido na empresa (em %)

Cargo na empresa	Tipo de contrato						Total
	Contrato por prazo indeterminado	Contrato de prazo determinado	Contrato por pessoa jurídica	Contrato em tempo parcial	Outro	Estatutário e Servidor Público	
Auto-empregado	-	-	-	-	100,0	-	100,0
Gerente/Supervisor	89,7	6,9	3,4	-	-	-	100,0
Trabalhador manual qualificado	88,2	8,8	-	-	-	2,9	100,0
Trabalhador manual - baixa hierarquia e qualificação	68,4	21,1	-	-	-	10,5	100,0
Trabalhador não manual – nível superior e média hierarquia	65,2	4,3	-	-	-	30,4	100,0
Trabalhador não manual - nível técnico e média hierarquia	79,6	3,5	0,9	3,5	0,9	11,5	100,0
Não identificável	66,7	33,3	-	-	-	-	100,0
Trabalhador não manual baixa escolaridade e hierarquia	86,3	4,1	2,7	-	1,4	5,5	100,0
Total	81,0	6,1	1,4	1,4	1	9,2	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Na questão que tinha como objeto o tipo de contrato de trabalho dos delegados, encontramos os seguintes dados: 80,9% dos delegados possuíam contrato por tempo indeterminado, 9,1% eram estatutários e 9,1% tinham contrato por prazo determinado, por tempo parcial e PJ – alguns dos tipos mais comuns de contratos precários (Tabela 9).

Ao cruzarmos os dados referentes à situação contratual dos delegados aos setores de atividade econômica em que eles trabalham, podemos confirmar que a representação do setor público dentro da UGT é baixa (14,1% dos quais 9,1% são estatutários), sobretudo quando comparamos com o perfil da Conlutas, cujos delegados provinham majoritariamente do setor público (55,6% do total). A maior incidência de contrato por tempo indeterminado indica que, entre os delegados pesquisados, predomina uma situação de trabalho relativamente estável, sobretudo se consideramos o padrão brasileiro de relações de trabalho.

Tabela 9 – Relação entre setor econômico e situação contratual no mercado de trabalho

Tipo de contrato \ Setor econômico	Situação contratual								Total
	Contrato por prazo indeterminado	Contrato de prazo determinado	Contrato por pessoa jurídica	Contrato em tempo parcial	Outro	Parceria	Celetista	Estatutário e servidor público	
Serviços	78	4	1	-	-	-	-	5	88
Comércio	52	5	2	-	1	-	-	-	60
Indústria	45	1	-	-	-	-	-	-	46
Transporte	30	4	-	2	-	-	-	3	39
Sistema Financeiro	21	1	1	-	-	-	-	1	24
Outro	10	4	-	2	-	1	-	5	22
Seguridade Social	5	-	-	-	-	-	1	10	16
Educação e Cultura	8	-	-	-	-	-	-	4	12
Não respondeu	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Total	250	20	4	4	1	1	1	28	309
%	80,9	6,5	1,3	1,3	0,3	0,3	0,3	9,1	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Os dados a seguir, que retratam o tempo médio de trabalho no emprego atual, corroboram uma das constatações da pesquisa: a relativa condição de estabilidade dos delegados da UGT no atual emprego (Tabela 10). Podemos verificar que 47,3% dos delegados trabalhavam há mais de 13 anos no mesmo emprego (setor privado ou público); enquanto 29,1% deles trabalhavam até 9 anos no mesmo emprego e 14,4% entre 9 e 13 anos. Longe de refletir a realidade do mercado de trabalho brasileiro – que, como sabemos, sofreu profundas mudanças nas duas últimas décadas, entre as quais o aumento do trabalho informal, do desemprego e da rotatividade verificada nos anos 1990 –, esta condição parece estar relacionada ao direito à estabilidade dos dirigentes sindicais, sobretudo se considerarmos que 77,5% do total dos delegados estavam liberados por tempo integral para o exercício da atividade sindical no momento em que realizamos esta pesquisa.

Tabela 10 – Delegados por tempo de trabalho no emprego atual

Tempo no emprego	Número	%
Menos de 4 anos	36	10,4
De 4 a 9 anos	65	18,7
Mais de 9 a 13 anos	50	14,4
Mais de 13 anos a 16 anos	33	9,5
Mais de 16 anos a 30 anos	96	27,7
Mais de 30 anos	35	10,1
Não respondeu	33	9,2
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Do total dos delegados, 84% tinham carteira de trabalho assinada. Embora 16% deles tenham afirmado não possuir carteira, este dado não deve ser super dimensionado, pois o regime de trabalho dos servidores públicos é, predominantemente, o Regime Jurídico Único, que lhes

confere um estatuto próprio e diferente da CLT. Conforme aponta a Tabela 11, os delegados que não possuíam carteira assinada eram majoritariamente funcionários públicos (40,4%), seguidos dos aposentados (21,2%), dos autônomos (17,3%) e, finalmente, os trabalhadores urbanos (17,3%). Se considerarmos que os estatutários, aposentados e autônomos frequentemente não possuem carteira assinada, a situação mais precária recairia sobre os trabalhadores urbanos.

Tabela 11 – Delegados com e sem carteira de trabalho, segundo o tipo de ocupação (em %)

Tipo de ocupação	Trabalhador urbano	Trabalhador rural	Arrendatário, meiro ou parceiro	Funcionário público	Autônomo/ conta própria	Profissional liberal	Aposentado	Total
Tipo de contrato								
Com carteira	77,0	0,4	0,4	7,8	3,0	7,1	4,5	100,0
Sem carteira	17,3	-	-	40,4	17,3	3,8	21,2	100,0
Total	67,3	0,3	0,3	13,1	5,3	6,5	7,2	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Passemos, agora, à análise dos dados relativos à renda. Como vimos até aqui, é possível afirmar que a UGT é composta, em sua maioria, por homens, brancos, residentes nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, com nível de escolaridade predominantemente médio (2º grau completo e superior incompleto), que trabalham do setor urbano, realizam trabalho não-manual, ocupam cargos de baixa e média hierarquia, encontram-se inseridos no setor privado, especialmente em atividades de serviços e no comércio; trabalham no mesmo setor econômico e no mesmo emprego há mais de 13 anos e, finalmente, dispõem de uma situação trabalhista caracterizada pela formalidade (posse de registro em carteira de trabalho), pelo estabelecimento de contratos por tempo indeterminado e firmados diretamente com as empresas nas quais exercem sua atividade. A posição dos delegados em relação ao montante de renda, dado que veremos a seguir, conferirá maior precisão a esse perfil.

Como podemos verificar na Tabela 12, a renda da maioria absoluta dos delegados da UGT está concentrada na faixa entre 0 e 5 salários mínimos (63,3% do total), enquanto 23,9% têm renda entre 5 e 10 salários mínimos, 8,4% têm renda entre 10 e 20 salários mínimos, 1,9% têm renda acima de 20 salários mínimos e 2,5% dos delegados afirmaram não ter renda.

Tabela 12 – Tipo de ocupação por faixa de renda (em %)

Tipo de ocupação	Faixa de renda						Total
	Até 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM	Não tenho renda	
Auto-empregado	-	100,0	-	-	-	-	100,0
Gerente/Supervisor	21,9	34,4	34,4	6,3	3,1	-	100,0
Trabalhador manual qualificado	29,7	27,0	27,0	10,8	2,7	2,7	100,0
Trab. manual - baixa hierarquia e qualificação	55,0	30,0	5,0	5,0	5,0	-	100,0
Trab. não manual - nível superior e média hierarquia	32,0	36,0	12,0	16,0	-	4,0	100,0
Trab. não manual - nível técnico e média hierarquia	26,8	25,2	30,1	12,2	2,4	3,3	100,0
Não identificável	-	33,3	66,7	-	-	-	100,0
Trab. não manual baixa escol. e hierarquia	45,7	34,6	16,0	1,2	-	2,5	100,0

Total 33,2 30,1 23,9 8,4 1,9 2,5 100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Os dados relativos ao tipo de ocupação e renda evidenciam que os trabalhadores não manuais de nível superior e média hierarquia estão concentrados na faixa de renda entre mais de 3 e 5 salários mínimos, enquanto os trabalhadores não manuais de nível técnico e média hierarquia concentram-se na faixa entre 5 e 10 salários mínimos, o que é interessante, pois no caso dos cargos de média hierarquia, a maior qualificação não representa uma renda mais elevada. Já os trabalhadores manuais (de baixa hierarquia e qualificação) se encontram na base da pirâmide salarial, pois 55% deles ganham até 3 salários mínimos. O nível de renda de gerentes e supervisores concentra-se na faixa entre mais de 5 a 10 salários mínimos, de tal forma que *nesse caso* é possível sustentar a tese, bastante disseminada, segundo a qual quanto mais qualificada a ocupação maior tende a ser o salário.

Passemos agora à exposição e análise do perfil político-ideológico dos delegados da 1ª Plenária da UGT.

4. PERFIL POLÍTICO-IDEOLÓGICO DOS DELEGADOS

Procuramos levantar diferentes aspectos relativos às relações, práticas e concepções políticas dos delegados. Para apresentar o seu perfil político-ideológico, analisaremos a percepção dos delegados da UGT acerca das relações de opressão existentes na sociedade brasileira, bem como sua inserção político-partidária, seu tempo de militância e suas orientações sindicais e políticas mais gerais.

Inicialmente, procuramos indagar se os delegados da UGT já haviam sofrido alguma forma de discriminação. Dentre os pesquisados, 63% afirmaram jamais ter sofrido alguma forma de discriminação ou preconceito, enquanto 35% afirmaram já ter sido discriminados e 2% não responderam. Embora uma análise mais detalhada desses dados exija uma pesquisa específica, parece-nos possível levantar algumas hipóteses: em primeiro lugar, os delegados podem, de fato, ter sido menos vitimados por preconceito e/ou discriminação por serem, em sua maioria, homens e brancos. Também podemos pensar que a discriminação e o preconceito existam, mas que não sejam percebidos pelos delegados. Nesse caso, outras hipóteses entrariam em cena: a ausência de uma cultura de combate à discriminação por parte da central e seus sindicatos dificultaria a percepção da discriminação ou ensinaria a vergonha de assumir que dela se é vítima.

Dentre aqueles que afirmaram ter sofrido algum tipo de discriminação, o preconceito de classe foi o apontado por 43% deles, seguido pelo preconceito étnico/racial (23%), de gênero (22%), por deficiência física (8%) e de preferência sexual (4%). São tipos de preconceito que se manifestam de diversas formas, inclusive sobrepondo-se uns aos outros. Por exemplo, o preconceito de classe pode se manifestar socialmente por meio da discriminação em relação à cor, ao tipo físico, à origem social (ser migrante, nordestino, de família pobre, residente em bairros periféricos) ou aos postos de trabalho subalternos.

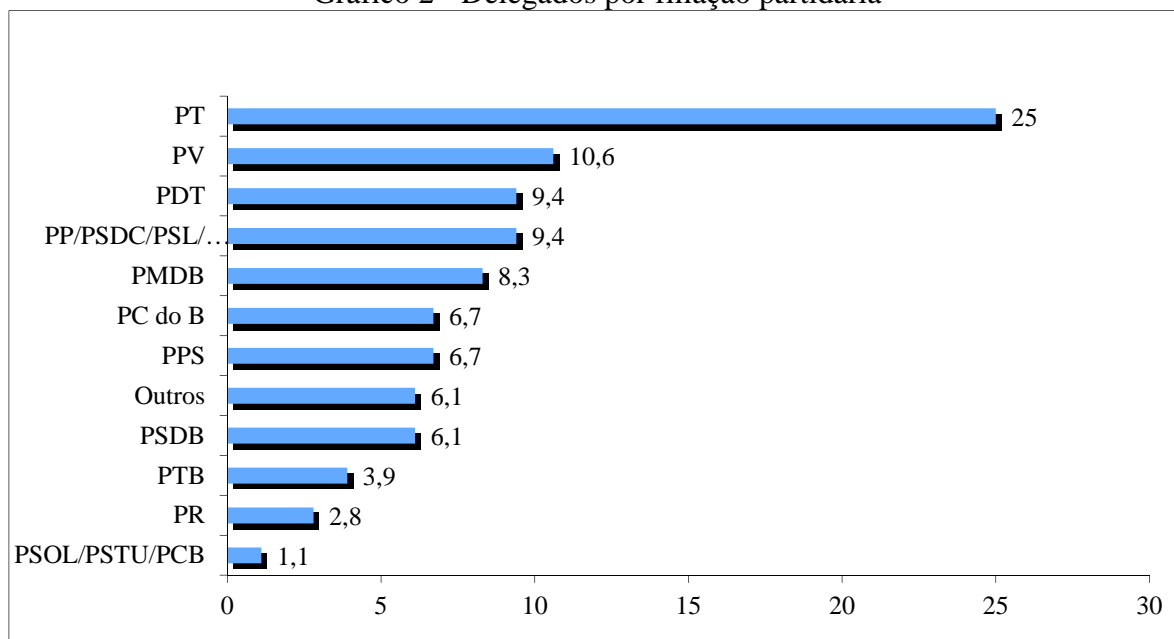
Quando perguntados sobre sua preferência partidária, os delegados da UGT se posicionaram da seguinte forma: 51% disseram ter alguma preferência partidária, contra 43,5% que afirmaram não ter nenhuma preferência e 5,5% que não responderam. Dentre os que afirmaram ter alguma preferência partidária, 31,2% preferiam o PT, 12,9% o PV, 11,8% o PDT e 8,8% o PSDB. Ocorre um equilíbrio entre os que têm e os que não têm preferência partidária. Dentre os que afirmaram ter alguma preferência partidária, 31,2% preferiam o PT, 12,9% o PV, 11,8% o PDT e 8,8% o PSDB. É possível afirmar que— ao contrário de outras centrais como a Conlutas, CUT e CTB, por exemplo — há uma forte dispersão entre as preferências partidárias dos delegados da UGT. Essa conclusão pode ser tirada a partir dos dados referentes à filiação partidária. Embora 52,2% dos delegados da UGT tenham se declarado, no momento em que a pesquisa foi realizada, filiados a algum partido político, nenhum partido parece ser hegemônico

dentro da central (Gráfico 2). Como é possível observar, 33,1% responderam que nunca haviam se filiado e 13% disseram que já haviam sido filiados antes, mas não no momento em que a pesquisa foi feita. Esta característica também foi identificada por Rodrigues e Cardoso (1993) em relação aos delegados da Força Sindical. Estes autores notaram que havia também uma forte dispersão entre opções político-partidárias dos delegados daquela central, que a distribuição das preferências era bastante equilibrada, embora o PT fosse apontado por 17,7% como o preferido, e que, finalmente, pelo menos metade dos delegados tendiam a apoiar partidos de esquerda (PT e PCs) ou de centro-esquerda (PSDB e PDT). Todavia, enquanto na pesquisa feita por Rodrigues e Cardoso (1993) 19,8% disseram não ter qualquer preferência partidária e 74,6% não seriam filiados, no caso da UGT, como vimos acima, 43,5% afirmaram não ter nenhuma preferência e 46,5% não estariam filiados a qualquer partido político.

Situação distinta ocorre com a CUT, Conlutas e CTB. Em estudo realizado com a CUT, Rodrigues (1990) evidenciou que o Partido dos Trabalhadores era o preferido entre os delegados pesquisados. Na ocasião em que a pesquisa foi feita 91% dos delegados entrevistados declararam que seu partido preferido era o PT. Em pesquisa que realizamos sobre a Conlutas (2010), 72,5% dos delegados entrevistados afirmaram preferir o PSTU e 11,4% o PSOL. No caso da CTB, 65,5% afirmaram ter preferência pelo PCdoB.

A filiação partidária dos delegados presentes na 1ª Plenária da UGT ainda guarda outra característica importante, na medida em que a filiação é recente na maioria dos casos: 42% dos delegados afirmam que eram filiados há menos de 5 anos, 17% entre 5 e 10 anos e 12% há mais de 15 anos. 22% dos delegados, embora fossem filiados, não responderam o período de tempo.

Gráfico 2 - Delegados por filiação partidária



Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Dos 52,2% delegados filiados a algum partido político, a opção preferencial (25%) é pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Coerentemente com esta tendência relativa à preferência e ao vínculo partidários, 60,5% dos delegados afirmaram ter votado em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no primeiro turno das eleições presidenciais de 2006. Afirmaram ter votado em Geraldo Alckmin (PSDB/PFL) 18,7% dos delegados, 7,8% em Cristovam Buarque (PDT) e 6,6% em Heloisa Helena (PSOL/PSTU/PCB). Apesar dessa preferência partidária dos delegados e do fato da UGT ter sido uma das centrais da base de apoio ao governo Lula, esta central não apoiou oficialmente a candidatura de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. A justificativa

da central era o fato de que haveria na direção pessoas vinculadas a vários partidos diferentes. Neste sentido, a central optou por um discurso de independência e de não comprometimento com nenhum dos candidatos, muito embora seja digno de nota que, durante a abertura da *1ª Plenária*, o então presidenciável José Serra (PSDB) estivesse presente. Isso pode ser explicado pelo fato de que uma das forças que compuseram a UGT foi a SDS, central que se propunha a ser o braço sindical do PSDB. Ademais, a UGT não participou da Conferência da Classe Trabalhadora, realizada em 1º de junho de 2010 pelas centrais CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e CGTB, por considerar que a Conferência – cujo objetivo era aprovar a *Agenda da Classe Trabalhadora, Pelo Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho*, uma pauta de reivindicações a ser entregue aos presidenciáveis – significava, na prática, uma manifestação de apoio à então candidata Dilma Rousseff, uma vez que não só fazia uma avaliação positiva do governo Lula como defendia a consolidação e ampliação dos avanços obtidos na gestão petista.

Tabela 13 – Delegados por voto no primeiro turno das eleições de 2006

Especificação	Número	%
Lula (PT/PRB/PC do B)	210	60,5
Geraldo Alckmin (PSDB/PFL)	65	18,7
Cristovam Buarque (PDT)	27	7,8
Heloísa Helena (PSOL/PSTU/PCB)	23	6,6
Voto nulo	5	1,4
Voto em branco	1	0,3
Outro candidato	14	4,0
Não Respondeu	2	0,6
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Para captar a amplitude da participação política dos delegados, procuramos saber se eles já haviam participado de outros congressos sindicais, antes da *1ª Plenária* da UGT. Dentre os respondentes, 74% afirmaram que sim e 26% que não. Dentre aqueles que disseram já ter participado de outros congressos sindicais antes da Plenária da UGT, verificamos que 41% deles haviam participado de outros congressos da própria UGT, 14% de congressos de sindicatos, federações e confederações, 8% da CGT, 6% da CUT, 5 % da Força Sindical, 5% da SDS e 3% da CAT.

Outro aspecto para o qual demos destaque na pesquisa foi a percepção dos delegados em relação a pontos importantes da estrutura sindical brasileira. A posição dos delegados da UGT é de defesa do modelo sindical brasileiro, tal como podemos verificar abaixo (Tabelas 14 e 15). Do total de delegados pesquisados, 82,7% defendem a manutenção das contribuições compulsórias, enquanto 13,5% defendem a substituição das contribuições sindicais pela contribuição negocial. Por sua vez, quando perguntados se as contribuições sindicais são fundamentais para a sobrevivência dos sindicatos nada menos do que 95,7% dos delegados responderam afirmativamente.

Tabela 14 - Posição dos delegados em relação às contribuições compulsórias

Especificação	Número	%
Defende a manutenção dessas contribuições	287	82,7
Defende a extinção dessas contribuições	4	1,2
Defende a substituição dessas três contribuições pela contribuição negocial	47	13,5

Não sabe	5	1,4
Não respondeu	4	1,2
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

A posição dos delegados presentes na 1ª. *Plenária* da UGT é amplamente favorável ao princípio da unicidade sindical: 83,3% o defendem, contra 15,9% que afirmaram ser contrários à unicidade, o que significa que concordam com a possibilidade de ocorrer disputas entre organizações sindicais distintas em uma mesma base territorial.

Tabela 15 - Posição dos delegados em relação à unicidade sindical

Especificação	Número	%
É a favor (defende o princípio da unicidade)	289	83,3
É contra (pode haver uma disputa entre organizações distintas)	55	15,9
Não respondeu	3	0,9
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Com o intuito de complementar o perfil político-ideológico dos pesquisados, nosso questionário trazia uma questão que visava captar a percepção geral dos delegados em relação à CLT. Nossa pergunta versava apenas sobre a necessidade de alterá-la, mas não fazia referência a que tipo de mudança (acréscimo, supressão ou ampliação de direitos). Do total de delegados, 51% considerou necessário alterar a CLT tanto na parte referente à organização sindical, quanto na parte referente aos direitos trabalhistas. Apenas 15% dos delegados consideram não ser necessário alterar a CLT. Dos restantes, 11,8% eram favoráveis a mudanças apenas na parte referente à organização sindical e 16,1% na parte referente aos direitos trabalhistas. Os outros 6,1% não souberam responder esta pergunta. Nota-se assim uma opinião clara sobre a necessidade de mudanças na CLT (79% do total).

A maioria dos delegados opinou que os direitos trabalhistas previstos na CLT e na Constituição de 1988 beneficiam o trabalhador, mas são insuficientes – o que representa 76,7% do total. Por sua vez, 2% dos delegados acreditam que os direitos trabalhistas previstos na CLT e na Constituição de 1988 prejudicam a competitividade do trabalhador brasileiro e 1,4% responderam que a CLT protege em demasia o trabalhador, prejudicando a sua autonomia. Isso indica que embora a pergunta anterior não tratasse da natureza das mudanças a serem promovidas na CLT, o posicionamento dos delegados era, majoritariamente, favorável a uma perspectiva de ampliação de direitos e não de flexibilização.

A opinião da maioria absoluta dos delegados da UGT foi favorável à reforma da previdência: 87% dos delegados afirmaram ser necessária uma nova reforma, enquanto 13% consideraram-na desnecessária. Que motivações teriam os delegados favoráveis a uma nova reforma? Nossa pesquisa evidenciou que, no fundamental, a expectativa de melhoria e ampliação de direitos com uma nova reforma motivou 37,8% dos delegados, enquanto a percepção negativa do atual sistema de Previdência Social (que ela estaria falida, seria mal administrada e teria prejudicado os trabalhadores) foi o que mobilizou 39,4% dos delegados. Finalmente, o fim do fator previdenciário motivou 15,1% deles.

Quando realizamos a pesquisa com a Conlutas, os delegados pesquisados se dividiram em relação a uma suposta nova reforma da previdência: 48,1% foram favoráveis e 46,3% contrários. Evidenciamos também que uma nova reforma tendia a ser rejeitada quanto mais estável era a situação contratual dos delegados e, em contrapartida, tendia a ser apoiada por aqueles menos estáveis e que percebiam entre 0 e 3 salários mínimos. Pois bem, esta tendência também pode ser observada na UGT, na medida em que quanto menor a faixa salarial maior a

tendência a apoiar uma nova reforma. Ademais quanto mais precária a situação do delegado (sem carteira ou terceirizado) maior é o número daqueles que defendem uma nova reforma. Se renda e situação contratual constituem variáveis relativas à composição social que, nos casos citados, podem nos ajudar a compreender qual o perfil dos delegados tende a apoiar ou a rejeitar uma nova reforma, como explicar a postura mais claramente pró-reforma da UGT (87%), relativamente à Conlutas? Neste caso é plausível supor que, sendo a Conlutas composta majoritariamente por entidades representativas de servidores públicos, o medo de perder direitos, medo objetivo – afinal o setor público foi o mais afetado pela reforma da previdência levada a efeito em 2003 – pode jogar um papel decisivo na percepção daqueles delegados, diferentemente do UGT que representa fundamentalmente trabalhadores do setor privado.

Tratemos agora de apresentar os dados relativos às entidades que os delegados presentes na Plenária representavam.

4. O PERFIL DAS ENTIDADES FILIADAS À UGT

Para traçar o perfil das entidades filiadas à UGT, consideramos os dados fornecidos pelos delegados sobre as entidades que representavam na *1ª Plenária*.

Os delegados eram representantes das seguintes entidades: 68,9% de sindicatos do setor privado, 15,6% de sindicatos do setor público e 6,9% de federações. Ou seja, a UGT é uma central sindical enraizada em sindicatos do setor privado. Verificamos que 86,2% das entidades são sindicatos, 8,6% são federações, 0,3% confederações, 0,9% associações.

Tabela 16 - Delegados por natureza da entidade

Natureza da entidade	Número	%
Sindicato do setor privado	239	68,9
Sindicato do setor público	54	15,6
Federação	24	6,9
Sindicato do Setor Público e Privado	7	2,0
Sindicato rural	2	0,6
Confederação	1	0,3
Outra entidade	7	2,0
Não Respondeu	13	3,7
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Em relação às bandeiras de luta dessas entidades, a questão salarial é, no fundamental, a que mais mobiliza as entidades que os delegados presentes na *1ª Plenária* representavam. Como podemos observar na Tabela 17, 23,7% dos delegados afirmaram que as questões salariais eram as que mais mobilizaram a entidade naquela conjuntura, 17,3% indicaram questões relativas aos direitos trabalhistas e previdenciários, 14,9% questões relativas à organização sindical e 14,7% relativas à luta pela diminuição da jornada de trabalho.

Embora as bandeiras de luta das entidades filiadas à UGT abranjam um espectro amplo de temas, é possível verificar que elas se concentram em questões salariais (salário e plano de carreira), relativas aos direitos dos trabalhadores (jornada, ampliação de direitos, geração de emprego) e questões que dizem respeito à organização sindical. Duas hipóteses nos parecem plausíveis para explicar essa importância dada às questões de organização sindical: uma é a necessidade de consolidação da UGT em meio à disputa das centrais pela adesão dos sindicatos de base. Outra é a possibilidade que a estrutura sindical brasileira oferece de desmembramento quase contínuo de sindicatos, seja em virtude da criação de novas categorias, seja da divisão de bases territoriais.

De qualquer modo, as bandeiras de luta defendidas pelas entidades filiadas à UGT compreendem, prioritariamente, questões ligadas às condições salariais e de trabalho, o que – em alguma medida – contrasta com o posicionamento político mais geral que a direção nacional da UGT pretende assumir no cenário político nacional.

Queremos um movimento sindical que influencie decisivamente o modelo de desenvolvimento econômico [...] que combine democracia, crescimento e distribuição de renda [...] um movimento sindical que dispute em todas as esferas da vida nacional a concepção do papel social das empresas, cujo espaço deve ser democratizado [...] queremos influenciar decisivamente nos orçamentos públicos para assegurar que os recursos públicos não se percam nos ralos da corrupção [...] queremos ampliar a capacidade de o movimento sindical fazer com que os trabalhadores passem a compartilhar os extraordinários ganhos de produtividade das empresas [...] Ficou claro para nós que nenhuma luta econômica, por mais vigorosa que seja, pode trazer aos trabalhadores uma melhoria estável se nós tivermos uma baixa representação nos parlamentos e executivos [...] A luta pela conquista de nossos objetivos é uma luta essencialmente política. Isso significa dizer que os trabalhadores não podem lutar pela melhoria das suas condições de vida, trabalho e cultura – e, por conseguinte, de todo o povo – sem conquistar influência nos assuntos públicos, na direção dos parlamentos e dos executivos na promulgação das leis (UGT, 2010: 492-493).

Tais lutas em torno de questões dos direitos dos trabalhadores assumem, sobretudo para uma parte das bases da UGT, uma importância algo especial. Referimo-nos à tradicional luta dos comerciários pela redução da jornada de trabalho aos domingos. Por sua vez, 3,6% dos delegados apontaram que as entidades por eles representadas combatiam a precarização das condições de trabalho, a informalidade e o banco de horas, problemas que passaram a afetar com maior incidência os trabalhadores brasileiros nos anos de 1990, especialmente os dos setores de serviços, comércio e transporte.

Tabela 17 - Delegados por principal bandeira de luta da entidade

Principais bandeiras de luta	Número	%
Questões salariais	92	23,7
Direitos trabalhistas e previdenciários	67	17,3
Questões de organização sindical	58	14,9
Diminuição da jornada de trabalho	57	14,7
Combate precarização, informalidade, banco de horas	14	3,6
Melhores condições de trabalho	11	2,8
Plano de carreira	7	1,8
Geração de empregos	7	1,8
Valorização dos servidores públicos e democracia no serviço público	7	1,8
Ampliação dos direitos sociais	4	1,0
Igualdade e justiça social	4	1,0
Cumprimento da convenção coletiva	2	0,5
Outras	28	7,2
Não respondeu	30	7,7

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Os dados relativos à abrangência e localização das entidades representadas pelos delegados presentes à Plenária da UGT apontam que 36,3% delas têm abrangência

intermunicipal, 25,4% abrangência municipal, 28% estadual, 4,6% interestadual e 4,6% abrangência nacional. O maior número de entidades dos delegados da UGT encontra-se no estado de São Paulo, seguido de Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Pará.

As entidades representadas pelos delegados são compostas pelas seguintes faixas de associados: 19,6% das entidades têm até 500 associados, 24,8% entre 501 e 2 mil, 19,6% entre 2.001 e 5 mil associados. Em contraposição, as entidades que têm um número de associados superior a 50 mil correspondem a apenas 1,7% do total. Em relação ao número de trabalhadores de base das entidades representadas pelos delegados, nossa pesquisa revela que 26,2% têm entre 10.001 e 50 mil trabalhadores, 16,7% entre 2.001 e 5 mil trabalhadores e 15% mais de 50 mil trabalhadores.

Tabela 18 – Entidades por número de associados e de trabalhadores na base

Faixas de sócios	Associados		Trabalhadores na base	
	Número	%	Número	%
1 a 500	68	19,6	19	5,5
501 a 2 mil	86	24,8	50	14,4
2001 a 5 mil	68	19,6	58	16,7
5001 a 10 mil	38	11,0	47	13,5
10.001 a 50 mil	33	9,5	91	26,2
Mais de 50 mil	6	1,7	52	15,0
Não respondeu	48	13,8	30	8,6
Total	347	100,0	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Coerentemente com o dado já apresentado sobre o posicionamento dos delegados frente à estrutura sindical brasileira, no que se refere à forma pelas quais as entidades se mantêm financeiramente, 77,2% dos delegados pesquisados declararam que suas entidades arrecadam a contribuição sindical, 50,7% arrecadam a contribuição assistencial ou negocial e 25,9% a contribuição confederativa. Por sua vez, 5,5% das entidades devolvem a contribuição sindical e 0,8% não arrecadam.

Quanto à forma de comunicação com os associados, 83,28% do total das entidades utilizam jornais e boletins impressos, 72,62% fazem divulgação no local de trabalho, 70,89% se comunicam com os associados na própria sede da entidade, 57,34% por e-mails e sites na internet e 18,44% do total de entidades utilizam outras formas de comunicação.

Outro componente importante da vida sindical brasileira foi abordado pela nossa pesquisa: sua atividade assistencial. Os dados a seguir mostram que os sindicatos ligados à UGT dão importância considerável à assistência social ao sindicalizado. O quadro dos serviços oferecidos é o seguinte: do total de entidades representadas pelos delegados da UGT, 89,91% oferecem serviços jurídicos, 69,45% oferecem serviços odontológicos, 65,7% oferecem serviços médicos, 59,36% serviços de lazer (tais como clubes de campo e colônia de férias), 36,88% serviços educacionais e 23,91% têm agências de emprego.

No que se refere à organização interna das entidades, procuramos explorar informações relativas à composição da diretoria, à posição dos delegados na diretoria, ao tempo de atuação na entidade que representam e, finalmente, à liberação para o exercício da atividade sindical (veja Tabela 19). A forma de composição predominante da diretoria das entidades representadas pelos delegados pesquisados é a presidencialista, que corresponde a 85% do total. E a maioria absoluta dos delegados fazem parte da diretoria (91,6% do total).

Dos delegados que ocupam cargos na diretoria, 43,1% são presidentes, 17,8% diretores, 10,3% secretários gerais, 10,3% tesoureiros, 8,8% vice presidentes, 5,4% suplentes de

diretor, 2,8% outros e 1,6% delegado sindical. Verifica-se assim que os delegados presentes à 1ª Plenária eram, predominantemente, quadros das entidades que representavam.

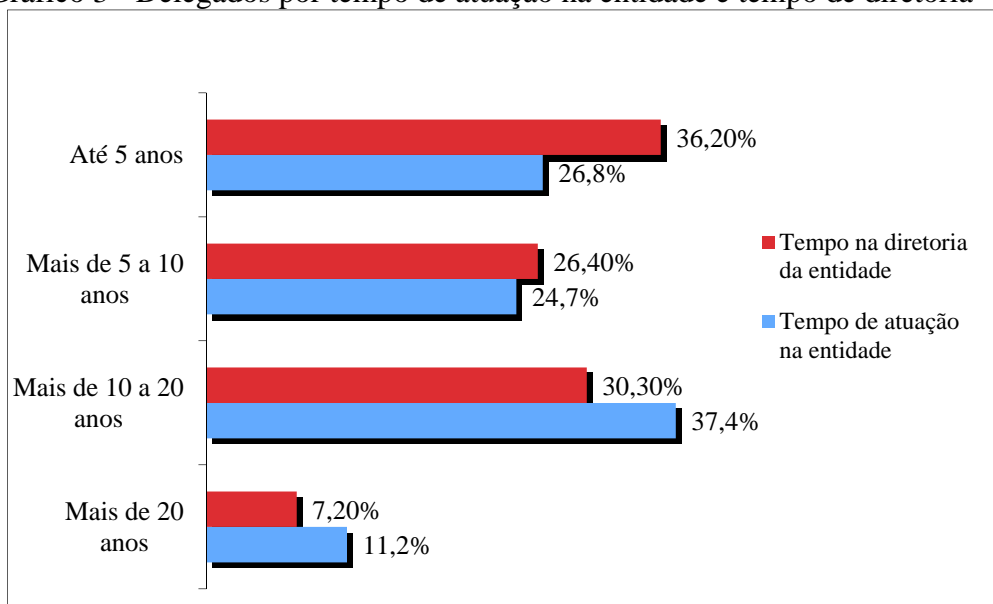
Tabela 19 – Delegados por posição na entidade

Posição na entidade	Número	%
Membro da diretoria	318	91,6
É apenas associado	4	1,2
Associado e membro de grupo e comissão de trabalho	6	1,7
Outra	9	2,6
Assessor	8	2,3
Delegado sindical	1	0,3
Não respondeu	1	0,3
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Em relação ao tempo de atuação na entidade que representava, 37,4% dos delegados estão atuando por um período entre 10 e 20 anos, 26,8% até 5 anos, 24,7% entre 5 e 10 anos e 11,2% há mais de 20 anos, de modo que o tempo de atuação dos delegados era, relativamente, longo. Trata-se, assim, de delegados que têm longa experiência e militância nas entidades que representam, o que corrobora os dados relativos à mediana da idade dos participantes. Nota-se também um longo tempo de participação como quadro sindical, como podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Delegados por tempo de atuação na entidade e tempo de diretoria



Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

Em relação à liberação para o exercício da atividade sindical, 77,5% dos delegados eram liberados por tempo integral para exercer o mandato sindical, 15,3% são liberados por tempo parcial e 7,2% não são liberados.

Em relação à filiação anterior, 60% os delegados da UGT disseram que as entidades que eles representavam tinham sido filiadas a outras centrais sindicais, enquanto 40% afirmaram que não. Dentre as centrais sindicais, destacam-se, como era de se esperar pelo histórico de fundação da UGT, a CGT (*Confederação*), a SDS e a CAT. Além destas, nota-se também que uma parte das entidades da UGT foi anteriormente filiada à Força Sindical – o que é coerente, quando se considera que a SDS resulta de uma cisão da Força Sindical que, por sua vez, fora criada a partir da CGT (*Confederação*).

Por fim, apresentamos a posição dos delegados presentes à *1ª Plenária* da UGT sobre a atividade política das entidades que representam. Indagados sobre o período em que os sindicatos por eles representados negociavam condições trabalhistas e salários, 58,2% dos delegados disseram que suas entidades negociavam no período da data-base e em outras ocasiões, 37,2% afirmaram que suas entidades negociavam apenas no período da data-base, enquanto 0,3% afirmaram que seus sindicatos não negociavam.

Em relação à greve, 81% dos delegados afirmaram que a greve é um instrumento raro em sua entidade, enquanto 19% afirmaram que este instrumento é frequente. Indagados sobre a posição da entidade que representam sobre a greve, 96% dos delegados afirmaram que a greve é um instrumento de luta legítima, enquanto 4% consideraram-na ilegítima. Entre os delegados que afirmaram que a greve era, para a entidade por eles representada, um instrumento legítimo de luta sindical, 78,7% disseram que ela deve ser usada com moderação, 17,9% disseram que a greve deve ser evitada a qualquer preço, enquanto 3,5% preferiram não responder esta pergunta. Desta feita, além de rara nas entidades filiadas à UGT, a greve é, predominantemente, concebida como um instrumento de luta que deve ser usado com moderação.

Tabela 20– Posição dos delegados em relação ao instrumento greve

Posições em relação à greve	Número	%
Mesmo legítima, deve ser evitada a qualquer preço	62	17,9
Deve ser usada com moderação	273	78,7
Não Respondeu	12	3,5
Total	347	100,0

Fonte: Banco de dados da pesquisa: “As bases sociais das centrais sindicais brasileiras”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou importantes características sobre as bases sociais da UGT, mais especificamente sobre o perfil de seus delegados e de suas entidades. A UGT é uma central enraizada em sindicatos do setor privado e urbano. Diferente do perfil operário, característico de outras centrais brasileiras, a UGT concentra sindicatos que representam trabalhadores não manuais, fundamentalmente.

Os delegados presentes à *1ª Plenária Nacional da UGT* são, majoritariamente, brasileiros homens, brancos, residentes nas regiões sudeste e sul do Brasil; com nível de escolaridade média (2º grau completo e superior incompleto); realizam trabalho não-manual; ocupam cargos de baixa e média hierarquia; encontram-se inseridos nos serviços – de tipo doméstico, auxiliares técnicos, trabalhadores de limpeza, entre outros – e no comércio; possuem profissões que exigem formação em nível médio e superior; trabalham no mesmo setor econômico e no mesmo emprego há mais de 13 anos e que, finalmente, dispõem de uma situação trabalhista caracterizada pela formalidade (posse da carteira de trabalho), pelo estabelecimento de contratos por tempo indeterminado, firmados diretamente com as empresas nas quais exercem sua atividade e que percebem uma renda de até 5 salários mínimos.

Na pesquisa que realizamos durante o *1º Congresso Nacional da Conlutas* (2008), verificamos que os delegados eram, na sua maioria, homens, não brancos, trabalhadores estáveis no serviço público, com escolaridade relativamente elevada quando comparada ao padrão brasileiro, mas sua renda mensal era relativamente baixa, pois a maioria relativa (42,5%) encontrava-se numa faixa de renda de zero a três salários mínimos. Se estendermos a faixa salarial para de zero a cinco salários mínimos, temos a maioria absoluta dos delegados (71,4%) da Conlutas aí enquadrados. Essa média salarial da maioria absoluta é, contudo, puxada para cima em virtude da presença expressiva de trabalhadores cuja renda é relativamente alta (professores universitários e funcionários do sistema judiciário, por exemplo). Como podemos perceber, entre o militante sindical da Conlutas e o militante da UGT, há duas diferenças importantes a serem destacadas: ao contrário da Conlutas, na UGT prevalece o trabalhador do setor privado da economia e a presença de trabalhadores não brancos é significativamente menor.

A essa síntese do perfil socioeconômico do delegado da *1ª Plenária* da UGT acrescentamos resultados importantes de seu perfil político-ideológico: os delegados revelaram-se apegados à estrutura sindical, possuem longa experiência nos sindicatos e atuam na suas direções. Além disso, são militantes cuja formação se deu nos quadros da Força Sindical e da CGT Confederação. A UGT não parece ser uma central onde a luta contra a precarização do trabalho seja uma questão de primeira ordem – destaca-se, por exemplo, a ausência completa nas respostas dos 347 delegados de uma bandeira de luta que fizesse referência ao combate ou à regulamentação da terceirização. Por sua vez, as questões relacionadas à organização sindical aparecem entre as principais bandeiras de luta dos sindicatos presentes na plenária, situando-se à frente da diminuição da jornada de trabalho, uma reivindicação histórica dos comerciários – categoria cujo peso no interior da central foi evidenciado pela pesquisa – mas também uma reivindicação que, desde 2003, tem sido apresentada pelo conjunto das centrais, que se uniram na campanha pela redução da jornada legal para 40 horas semanais.

Os dados aqui apresentados revelam, a nosso ver, importantes características das bases sociais da UGT. Todavia, trata-se de uma primeira sistematização que será, proximamente, conjugada a outras informações vindas de outras fontes documentais, bem como de entrevistas realizadas com sindicalizados e lideranças da UGT. Por ora, podemos afirmar – tal como em, Galvão, Trópia e Marcelino (2010) – que nossa pesquisa fornece o material para aprofundarmos algumas questões:

1. De que forma a predominância de trabalhadores não-manuais influi na atuação da UGT no plano político-econômico mais amplo?
2. Que setores do funcionalismo público uma central como a UGT, predominantemente representante de trabalhadores urbanos e do setor de serviços, foi capaz de atrair e por quais razões?
3. Como se posicionará a UGT na disputa entre as centrais por ampliação da base, pelos sindicatos municipais e intermunicipais?
4. A constituição da UGT poderia ser caracterizada como mais um indício do processo de revigoração do sindicalismo no Brasil na década de 2000 (Boito e Marcelino, 2010)? Ou, ao contrário, trata-se de um típico efeito da reforma da estrutura sindical, reforma ocasionada pelo reconhecimento das centrais?
5. Que tipo de projeto modernizador a UGT representa? Quais as diferenças fundamentais frente ao projeto sindical representado pela Força Sindical?

REFERÊNCIAS

BOITO JR., Armando e MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Cadernos CRH**. Vol. 23, n. 59, pp. 323-338, 2010.

CARVALHO, Guilherme. **Relatório sobre o X CONCURT**, mimeo, 2009.

COSTA, Silvio. **Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994**. São Paulo/Goiânia: Anita Garibaldi/Universidade Católica de Goiás, 1995.

GALVÃO, Andréia. O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade. **Anais do V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, Asociación Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP)**. Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010.

GALVÃO, Andréia; TRÓPIA, Patrícia; MARCELINO, Paula. A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. **Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS**. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=90, 2010.

LEMOS, Patrícia Rocha. **A estrutura sindical no discurso e na prática das centrais sindicais brasileiras**. Campinas, mimeo, 2012.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. **Terceirização e Ação Sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. Campinas, 373 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Sindeepres 15 anos** – a superterceirização dos contratos de trabalho, 2007. Disponível em: <http://www.sindeepres.org.br/v01/index/Pesquisa%20Marcio%20Pochman.pdf>. 31p. Acesso em 29/07/2007, 2007.

RODRIGUES, Leôncio M. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Leôncio M.; CARDOSO, Adalberto M. **Força Sindical** – uma análise sócio-política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

UGT (União Geral dos Trabalhadores). “Declaração às trabalhadoras e aos trabalhadores, ao movimento sindical e ao povo brasileiro”. In: ROCHA, Eduardo (Org.). **100 anos de movimento sindical no Brasil: balanço histórico e desafios futuros**. Seminário Nacional da UGT. Brasília: Editorial Abaré, 2010.

Recebido em janeiro de 2013

Aceito em maio de 2013